

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

Dinâmicas e processos de fragmentação socioespacial nos bairros Jardim Bom Sucesso e
Jardim Novo Wenzel em Rio Claro - São Paulo

Caetano Januário Luciano

Prof(a).Dr(a). Dayana Aparecida Marques de Oliveira

Rio Claro (SP)
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

CAETANO JANUÁRIO LUCIANO

DINÂMICAS E PROCESSOS DE FRAGMENTAÇÃO
SOCIOESPACIAL NOS BAIRROS JARDIM BOM SUCESSO E
JARDIM NOVO WENZEL EM RIO CLARO - SÃO PAULO

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel e Licenciatura em Geografia.

Rio Claro - SP

2024

L937d

Luciano, Caetano Januário

Dinâmicas e processos de fragmentação socioespacial nos bairros
Jardim Bom Sucesso e Jardim Novo Wenzel em Rio Claro - São Paulo
/ Caetano Januário Luciano. -- Rio Claro, 2024

44 p. : fotos, mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura -
Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de
Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientadora: Dayana Aparecida Marques de Oliveira

1. Cidade. 2. Espaço urbano. 3. Fragmentação Socioespacial. 4.
Direito à cidade. 5. Rio Claro/SP. I. Título.

CAETANO JANUÁRIO LUCIANO

DINÂMICAS E PROCESSOS DE FRAGMENTAÇÃO
SOCIOESPACIAL NOS BAIRROS JARDIM BOM SUCESSO E
JARDIM NOVO WENZEL EM RIO CLARO - SÃO PAULO

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto
de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de
Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio
de Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Bacharel e Licenciatura em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof^o Dra^o Dayana Aparecida Marques de Oliveira

Ana Paula de Oliveira do Ó

Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira

Rio Claro, 14 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente



CAETANO JANUARIO LUCIANO
Data: 19/02/2025 13:04:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) aluno(a)

Documento assinado digitalmente



DAYANA APARECIDA MARQUES DE OLIVEIRA
Data: 18/02/2025 18:04:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

assinatura do(a) orientador(a)

Aos meus pais, **Roberto Mauro Luciano e Marta Maria Januário;**
A minha madrinha, **Fátima Januário.**

Agradecimentos

Agradeço principalmente aos meus pais Roberto e Marta, que me possibilitaram estar aqui neste momento.

A minha madrinha Fátima, que sempre me orientou a trilhar o meu caminho.

A minha irmã Sara, que me apoiou e orientou em todos esses momentos, agradeço por tudo, irmã.

Aos meus amigos de graduação Artur, Pedro, Bruno e João, agradeço por todos os momentos de felicidade e apoio que foram compartilhados e sentidos.

Aos meus amigos que estão longe de mim, mas sinto como sempre estiveram ao meu lado, Vinícius, Daisy, João, Guilherme, Kevin e Leonardo.

A minha orientadora Prof^o Dra. Dayana Aparecida Marques de Oliveira, que sempre me apoiou e orientou com maestria.

RESUMO

Este presente trabalho de conclusão de curso aborda diretamente sobre como os processos e dinâmicas constituintes na fragmentação socioespacial nos bairros Jardim Bom Sucesso e Jardim Novo Wenzel, no município de Rio Claro/SP, afetam diretamente as questões de estruturação urbana, as práticas socioespaciais e o exercício de direito à cidade. Dessa maneira, torna-se necessário compreender seus procedimentos históricos de formação e estruturação do município rioclarense, compreendendo sua organização espacial e os agentes sociais influenciadores da modificação do espaço. Logo, a discussão sobre o que é a cidade é de suma importância para o entendimento do tema, adjunto com o aprofundamento sobre os centros urbanos e suas formas de reestruturação urbana. Com isso, entender os processos da fragmentação socioespacial sendo em quatro elementos principais, como a diferenciação e exclusão, segregação e auto segregação, ademais, estabelece-se sobre como isso impacta nas práticas sociais e principalmente em seus rompimentos socioespaciais. Isto é, através de pesquisa bibliográfica para um aprimoramento do debate teórico, um trabalho de campo de observação das áreas de estudo e a elaboração de mapas para fins de análise das áreas. Por fim, a partir de toda essa discussão teórica, torna-se evidente analisar as especificidades dos bairros e como esses processos resultaram na dinâmica espacial e social dessas áreas, evidenciando a ruptura das práticas sociais aos cidadãos, os impossibilitando ou dificultando o poder de exercer os seus direitos como cidadãos.

Palavras Chave: Cidade. Espaço Urbano. Estruturação Urbana. Fragmentação socioespacial. Direito à Cidade. Rio Claro/SP.

ABSTRACT

This present course conclusion work directly addresses how the processes and dynamics that constitute socio-spatial fragmentation in the Jardim Bom Sucesso and Jardim Novo Wenzel neighborhoods, in the municipality of Rio Claro/SP, directly affect issues of urban structuring, socio-spatial practices and the exercise of the right to the city. In this way, it becomes necessary to understand its historical procedures for the formation and structuring of the Rio Claro municipality, understanding its spatial organization and the social agents influencing the modification of space. Therefore, the discussion about what the city is is of utmost importance for understanding the topic, together with a deeper understanding of urban centers and their forms of urban restructuring. With this, understanding the processes of socio-spatial fragmentation in four main elements, such as differentiation and exclusion, segregation and self-segregation, in addition, establishes how this impacts on social practices and mainly on their socio-spatial disruptions. That is, through bibliographical research to improve the theoretical debate, field work to observe the study areas and the creation of maps for the purpose of analyzing the areas. Finally, from all this theoretical discussion, it becomes evident to analyze the specificities of neighborhoods and how these processes resulted in the spatial and social dynamics of these areas, highlighting the rupture of social practices for city dwellers, making it impossible or difficult for them to exercise power. their rights as citizens.

Key Words: City. Urban Space. Urban Structuring. Socio-spatial Fragmentation. Right City. Rio Claro/SP.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa de localização de Rio Claro/SP.....	11
Figura 02 - Mapa de localização do local de estudo.....	12
Figura 3 - Rua não pavimentada no bairro Jardim Novo Wenzel (2024).....	36
Figura 4 - Quadra poliesportiva danificada ao lado da Escola Municipal Celeste Calil (2024).....	37
Figura 5 - Unidade Básica de Saúde PSF Célia Ap Ceccato da Silva (2024).....	38
Figura 6 - CRAS Bom Sucesso/ Novo Wenzel (2024).....	39

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. O QUE É A CIDADE?.....	16
2.1 O direito à cidade e cidadania.....	21
3. FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO PROCESSO.....	25
4. OS PROCESSOS DE FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL DE RIO CLARO/SP....	31
4.1 Os agentes sociais do processo de fragmentação em Rio Claro/SP e nos bairros Jardim Bom Sucesso e Jardim Novo Wenzel.....	33
5. CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, o presente trabalho busca abordar os elementos de fragmentação socioespacial, especificamente no município de Rio Claro/SP, adjunto à discussão sobre direito à cidade. A mesma, sendo denominada como conhecemos, somente em 1905, contudo já participando intensamente na composição do interior paulista desde 1827. Ademais, segundo o último censo (2022) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caracteriza-se nos tempos atuais, com uma área de unidade territorial de 498,422km², na hierarquia urbana é considerada como uma Região Imediata com 5 municípios, ademais está presente dentro da Região Metropolitana de Piracicaba/SP e fazendo parte da Região Intermediária de Campinas/SP., possuindo em torno de 201.418 habitantes.

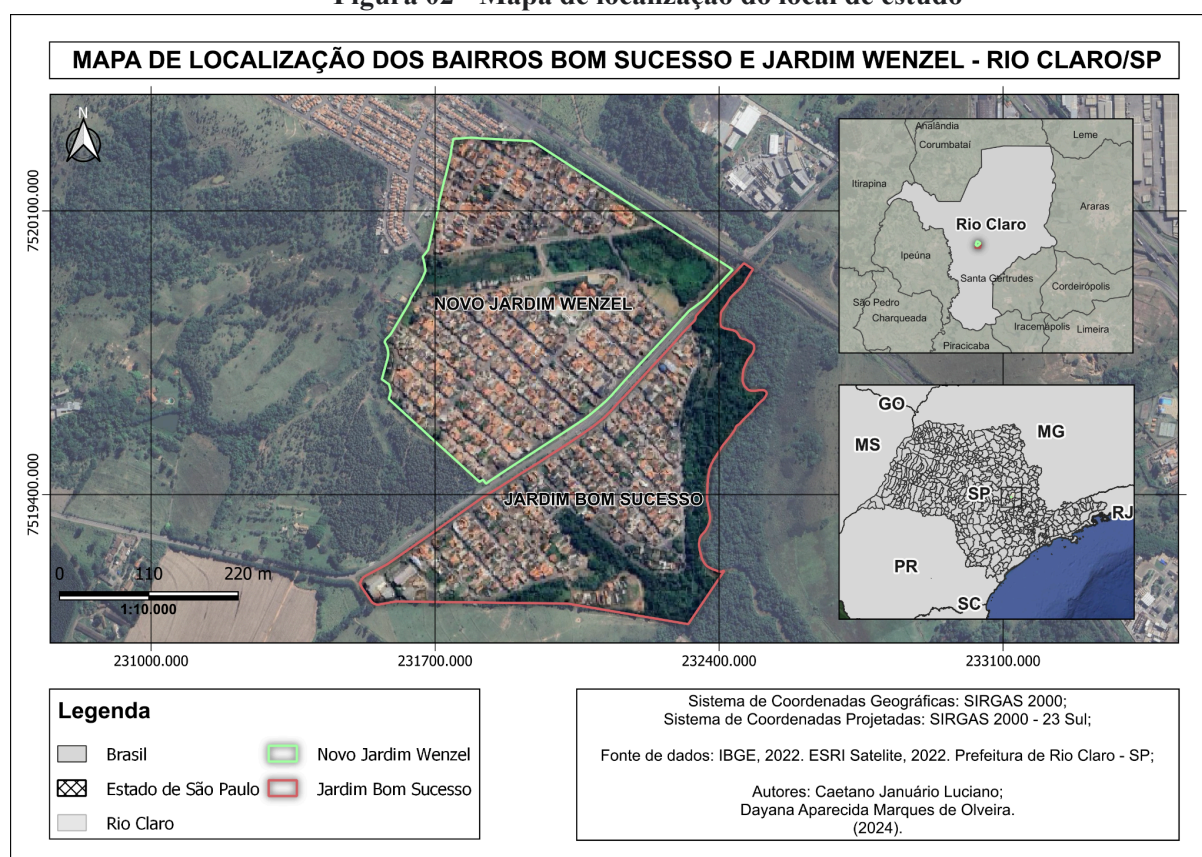
Figura 01 - Mapa de localização de Rio Claro/SP



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação aos bairros, as localidades do Jardim Bom Sucesso e Jardim Novo Wenzel (mapa 1) se encontram na periferia de Rio Claro/SP, sendo localizados na margem do Rio Corumbataí e circunjacentes à rodovia Washington Luís, respectivamente, tiveram sua fundação dos loteamentos em 1983 e 1981. Logo, em 2007 funda-se o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS Bom Sucesso/ Novo Wenzel), em que nesse mesmo ano, o CRAS atende a população local e confirma o registro de 1.000 famílias apresentando um estado de vulnerabilidade social além do mais, destaca-se a falta de investimento na infraestrutura mínima para os moradores (Pastor, 2009).

Figura 02 - Mapa de localização do local de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Logo, aborda-se de maneira concisa sobre a fragmentação socioespacial, a partir da discussão conceitual feita por Maria Encarnação Beltrão Sposito e Eliseu Savério Sposito (2020). Tornando-se em aspectos cruciais ao analisar, como diferentes elementos se constituem como fragmentação socioespacial (diferenciação, exclusão, segregação e autossegregação). Dito isso, observa-se que fatores como a segregação e exclusão, adjunto

aos espaços físicos e sociais, urbanos e rurais, se tornam parte do processo da fragmentação socioespacial e não uma consequência, um efeito processual sendo analisado pelas conexões que cada ação gera para o todo, de forma conjunta. Dessa maneira, a fragmentação carrega uma dupla determinação e expressão, sendo ela espacial e social, em que a cidade se articula constantemente com diferentes dinâmicas, podendo ser material ou social, reforçando a ideia de processo (Sposito; Sposito 2020, p.8). Ademais os autores demonstram duas especificidades latentes na fragmentação, sendo a polissemia e a multidimensionalidade, relatando respectivamente de uma pluralidade e nuances espaciais que estão visíveis frequentemente em um contexto de fragmentação e em suas dinâmicas.

Portanto, é de suma importância compreender que a fragmentação como processo possui diferentes dinâmicas e organismos que atuam e fazem parte de sua composição, na estruturação urbana e cidade que carregam e apresentam inúmeros fatores que compõem os procedimentos de fragmentação. Logo, a priori de entender sobre o direito à cidade, para Lefebvre (2008), a cidade constitui-se na ação antrópica das relações humanas, um produto histórico que conseqüentemente carrega os processos de construção do espaço e suas perspectivas sociais, por isso, sua sistematização torna-se presente socialmente, pelas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Dessa maneira, o sistema instaura suas ideologias, sistema esse que influenciou na construção do meio urbano e rege os processos de formação da cidade e na sua urbanização, em um modelo capitalista, agora o ambiente urbanístico se torna também um produto econômico e de acumulação do capital.

Com isso, percebe-se que além da constituição do espaço urbano representado para a sociedade ao exercício do direito à cidade, outros dois fatores devem ser pensados na composição da cidade, sendo aquele que preenche o ambiente, o cidadão, adjunto a concepção da cidadania. Logo, segundo Santos (2007), a cidadania é a consagração do respeito ao indivíduo, a partir de inúmeros aspectos gerais e abstratos em uma estrutura de direitos concretos e individualizados, que abordaria sem diferenciação entre os sujeitos, assim, retratado para todos, caracterizada por fatores sociais, políticos e jurídicos. Isto é, a cidadania como um estado de espírito e organizada culturalmente em um processo gradativo de conquistas, moldada pela perspectiva daquela realidade social, teoricamente mediada institucionalmente com a possibilidade de ser exigido.

Dessa forma, o estudo sobre a fragmentação socioespacial contribui diretamente para a compreensão do espaço urbano em Rio Claro/SP, principalmente dos ambientes que mais sofrem com a desigualdade social e que estão em estado de precarização no município, especificamente nos bairros do Jardim Bom Sucesso e Jardim Novo Wenzel, adjunto na análise da influência da fragmentação na impossibilidade do cidadão ao exercício da cidadania e de direito à cidade. Com isso, torna-se de suma importância a identificação dos processos de fragmentação atual da cidade rioclarense e em ambos os bairros, para a compreensão dos aspectos sociais e políticos que atingem a comunidade e de uma possível melhora nas condições de exercer os seus direitos. Assim, tais estudos podem colaborar para o entendimento dessa realidade específica, apresentando novas perspectivas de análise e de uma possível integralização de pensamentos futuros, em diferentes pesquisas e estudos para um desenvolvimento gradativo dos processos que afetam a fragmentação socioespacial e suas complicações diretas para o direito à cidade e a cidadania.

Ademais, compreender suas bases e especificidades históricas e sociais, para um melhor entendimento da realidade contemporânea é de extrema importância. Portanto, aflora-se a discussão sobre os aspectos conceituais de fragmentação socioespacial, para as suas fundamentações de seus processos no espaço. Dessa forma, ao longo da elaboração deste trabalho, manifesta-se diferentes questionamentos: Em que momento inicia-se o processo de fragmentação socioespacial nos bairros do Jardim Bom Sucesso e Jardim Novo Wenzel em Rio Claro/SP? Quais são os agentes que influenciam diretamente no processo de fragmentação socioespacial nos bairros do Bom Sucesso e Jardim Novo Wenzel em Rio Claro/SP? Quais são as consequências dos procedimentos de fragmentação socioespacial para o exercício do direito à cidade e a cidadania?

Considerando essas questões norteadoras, o objetivo geral deste trabalho é analisar as dinâmicas e processos de fragmentação socioespacial nos bairros do Jardim Bom Sucesso e Jardim Novo Wenzel em Rio Claro/SP. Os objetivos específicos são: 1. Identificar os agentes que influenciam diretamente no processo de fragmentação socioespacial nos bairros do Jardim Bom Sucesso e Jardim Novo Wenzel em Rio Claro/SP;

2. Discutir os processos iniciais de fragmentação socioespacial em Rio Claro/SP; 3. Analisar as consequências dos processos de fragmentação socioespacial para o exercício do direito à cidade e a cidadania.

Portanto, para atingir os objetivos propostos realizou-se como metodologia: 1. Pesquisa bibliográfica dos conhecimentos conceituais, concepções e procedimentos para o eventual debate teórico e analítico sobre o discorrer do projeto; 2. Levantamento de dados para adquirir informações que agregam na análise proposta pelo trabalho, a partir de conhecimentos obtidos na prefeitura municipal, internet, secretarias, órgãos e entre outros; 3. Trabalho de campo para uma melhor compreensão da realidade e convivência no município, para um acúmulo de informações sobre o espaço urbano de Rio Claro/SP, em base de entrevistar representantes do poder público e da sociedade; 4. Elaboração de tabelas, gráficos, quadros e mapas para uma percepção analítica dos dados obtidos que vão contribuir para o desenvolvimento da atividade.

Dessa maneira, o primeiro capítulo abordará sobre os conceitos teóricos da cidade e suas relações, principalmente a partir de uma cidade inserida no modelo de produção capitalista, das modificações da estrutura urbana e suas possíveis reestruturações, a partir dos centros urbanos e suas expansões espaciais e das atividades centrais. Adjunto há uma breve discussão sobre o direito à cidade e seus apontamentos, como o Estatuto da Cidade, o plano diretor e a cidadania.

Com isso, no segundo capítulo haverá a abordagem sobre os processos e dinâmicas da fragmentação socioespacial, comentando sobre suas principais características como a diferenciação e exclusão, segregação e auto segregação. Em que a ruptura das práticas sociais e espaciais se tornam elementos essenciais que evidenciam a segregação, aplicado ao recorte do município de Rio Claro/SP compreendendo desde sua formação as dinâmicas e mudanças que sofreu para caracterizar os procedimentos de uma cidade fragmentada.

Por fim, o capítulo três trará um recorte de dois bairros periféricos do município rioclarense, que passam pelo processo de fragmentação, principalmente pela negligência de infraestrutura básica e dos elementos que dificultam o exercer dos direitos dos cidadãos que habitam ambas as áreas, principalmente pela dificuldade de acesso para questões como entretenimento, locais de lazer, facilidade para acessar o transporte público, unidades de

saúde e escolas, sendo crucial a compreensão dos agentes que intensificam isso e os efeitos barreira que atinge os bairros.

2. O QUE É A CIDADE?

Inicialmente, ao discutir-se sobre o que é a cidade, segundo Rolnik (1998), parte como um mecanismo magnético, na atração do homem para exercer suas atividades e habilidades, como na manipulação e transformação de materiais para a produção de objetos, além da ocupação do território e aplicação do seu poder. Tal lugar concentrava suas ações e sociedade em um único ponto, em uma consolidação de alianças.

Com isso, no avanço e em sua solidificação estrutural na locação de moradia e o trabalho, sendo com base na escrita que se registra a produção. Atinge-se um estado de excedência, com a fabricação de produtos se expandindo além das capacidades necessárias de consumo, resultando em um acúmulo desproporcional de riqueza, das tecnologias e formas de conhecimento (Rolnik, 1998).

Logo, a cidade pensada como imã e escrita, demonstram os aspectos sociais que o ambiente carrega, na perspectiva de sociedade e de grupo, a cidade política. Isto é, o indivíduo pertencente a um conjunto, mesmo em sua forma mais fragmentada, em seu lar, no seu automóvel, ainda faz parte de um conglomerado denso de sujeitos, possibilitando ser, de uma estrutura física - no trânsito, transporte, restaurante, bancos - até mesmo atrelado a sistemas ideológicos e políticos, constantemente, em uma representação social, integrante de uma massa e presente nessa rede coletiva (Rolnik, 1998).

Dessa forma, a cidade apresenta uma determinada organização social em que se estabelecem diferentes formas de cotidiano urbano, sendo esta uma realidade em cidades de diferentes portes, desde as interioranas até as metrópoles. Tais cidades demonstram-se como ambientes da rede pública, espaços de todos e que sua posse é restrita a ninguém. Com isso, a partir dessa aglomeração de indivíduos, das atividades públicas e rede coletiva, há sempre uma ascensão do poder urbano, ditado por uma autoridade que irá reger as questões de administração do âmbito político (Rolnik, 1998). Com isso, pensa-se sobre a cidade como uma forma de organização territorial adjunto a uma relação política,

retratando os habitantes dessa cidade como um sujeito que possui determinada - nem que seja mínima - relação pública (ROLNIK, 1998).

Assim, nota-se sobre a divisão do trabalho que afeta as dinâmicas sociais, como a organização de uma hierarquia das relações de exploração da força de trabalho afetam os diferentes sujeitos. De forma conjunta, temos ainda a divisão territorial do trabalho, gerando uma centralização do poder urbano e político, regido por uma lógica de exploração não só dos trabalhadores como do próprio território. Como comenta Rolnik (1998) sobre o histórico das cidades:

A divisão do trabalho (administração do excedente alimentar, comando da guerra, diálogo com os deuses, produção artesanal, produção agrícola, etc.) produz e repõe uma hierarquia que se expressa claramente em termos espaciais. A suntuosidade do palácio ou do templo, ao mesmo tempo que é signo desta hierarquia, é também sua razão de ser. Sua construção e manutenção implicam o reforço de uma organização baseada na exploração e privilégio, que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar em poder militar e este em dominação política (ROLNIK, 1998, p.21).

Do ponto de vista histórico, a aglomeração de sujeitos em determinado território potencializa a ocorrência de trocas entre os mesmos, adjunto aos processos produtivos. Dessa maneira, em um espaço restrito dos sujeitos nessa movimentação e produção de materiais, gera-se uma especialização do trabalho no espaço intra-urbano. Com tal especialização forma-se o mercado, que posteriormente adquire caráter interurbano, estabelecendo uma dinâmica mercantil entre redes urbanas, expandindo a escala da divisão do trabalho entre as cidades. Conforma-se uma lógica mercantil nas relações políticas e de poder, em que o impacto comercial não paira somente em seu âmbito interno, mas influenciando as dinâmicas regionais (ROLNIK, 1998).

Em perspectiva de uma cidade produzida sob o modelo capitalista, o espaço urbano se estabelece pela junção de diferentes usos e ocupações do solo urbano, essencialmente fragmentado pelas inúmeras utilidades e atividades comerciais, econômicas, sociais e políticas, sendo designado como a organização urbana. Contudo, mesmo esse espaço fragmentado é composto diretamente de relações de circulação de mercadorias e indivíduos, em um fluxo de aspectos sociais e econômicos, adjunto ao lazer e elementos administrativos políticos (CORRÊA, 1989).

Logo, para Corrêa (1989), a organização urbana pelo modo capitalista de produção se dita através dos fluxos de capital sendo uma prática de poder, ideologia e social, através

da qual ocorrem os processos de articulação no meio, traçando a espacialidade mesmo que segmentada, uma junção de diferentes áreas para a execução dos procedimentos do capital. Assim, a organização urbana no sistema capitalista, que se constitui pelas relações e circulações de materiais e capital, possui caráter fragmentado, ao mesmo tempo, articulado, sendo um reflexo da sociedade dentro desse espaço, em que revela-se uma estrutura social de classes, vigente de uma fragmentação espacial e social (Corrêa, 1989).

Dessa maneira, para Corrêa (1989), a cidade demonstra dois elementos em sua realidade, o seu aspecto de desigualdade e de modificar-se, respectivamente, principalmente por ser reflexo e condição social. Além disso, sua característica fragmentada, assim, devido ao seu ritmo próprio, adquire aspectos de mutabilidade desenvolvendo e modificando sua complexidade. Ademais, as áreas urbanas residenciais segregadas, demonstram os processos de reprodução das relações de produção. A partir dos bairros definem-se delimitações que revelam e reproduzem as classes sociais e consequentemente os seus grupos, suas segmentações e especificidades. Neste contexto desigual do modelo capitalista, evidencia-se as desigualdades que impulsionam as lutas dos movimentos sociais, apresentando uma nova característica do espaço urbano: um local de lutas sociais, um ambiente também simbólico, um território.

Além disso, o espaço urbano é trabalhado como um condicionamento das relações da sociedade, em que as estruturas espaciais em conjunto, que estão atreladas às condições e reprodução dos materiais, se beneficiam por estarem juntas. Isto é, mesmo a cidade possuindo sua articulação dinâmica nas relações, ela não é essencialmente autônoma, devido a rede de atividades que é desenvolvida e articulada no espaço, exercendo inúmeras funções, na produção, reprodução e circulação dos aspectos materiais, sociais e políticos. Tais funções estão fortemente ligadas a sua sociedade, que movimenta todas essas atividades estabelecidas, representada por agentes sociais concretos, em sua função e forma espacial e social (Corrêa, 1989).

Ademais, para Sposito (1991), pensa-se sobre a estruturação urbana como o produto final das dinâmicas espaciais diretamente relacionado com as atividades econômicas, agrupamentos residenciais, de lazer e consumo. Isto é, resultado direto da lógica do sistema capitalista atuante nas cidades, a partir da concentração de áreas para a reprodução da força de trabalho, movimentação de indivíduos e materiais e na produção de serviços, assim, a

cidade torna-se ambiente de produção e consumo. Assim, a intensa divisão social do trabalho impacta e contribui para a divisão espacial do trabalho, apresentando uma setorização dos lugares dependendo do tipo de produção, serviço e atividade que é aplicada na área, explícito pelo aspecto de utilização do solo, fragmentando a cidade pelas ações econômicas e sociais que cada setor é designado.

Dessa maneira, Sposito (2004) trata a estrutura da cidade como contínuo e como processo, ocorrendo transformações ao longo do tempo, demonstrando modificações que causam reestruturações no espaço urbano, sendo trabalhado como recortes temporais que afetam as estruturas das cidades. Assim, a ruptura desses elementos e conglomerados de estruturas urbanas já estabelecidas, coincidem em uma reestruturação da cidade a partir dos pontos de mudanças que ocorreram. Portanto, observa-se que a cidade apresenta uma estruturação, desestruturação e reestruturação, que estão ligados a quesitos sobre atividades, fluxos e dinâmicas de setores territoriais, econômicos e sociais, trabalhando os aspectos de centralidade, desdobramentos e fragmentação. Como dito, esse processo de reestruturação causa impactos não só econômicos, mas também sociais, os quais, por sua vez, alteram as práticas sociais vigentes, bem como criam novas práticas que influenciam no cotidiano das cidades.

Com isso, um dos principais fatores da cidade é a centralidade urbana, que se designa como um processo presente na estrutura, carregando uma característica concentradora, que ao mesmo tempo é diversificada, devido sua ação de conglomerar as atividades principais da cidade, como o comércio, questões políticas, circulação de serviços e sujeitos (Salgueiro, 2013). Para Sposito (1991) o centro se apresenta como uma área de atração e difusão, principalmente na sua capacidade de impulsionar o fluxo imaterial e material, além de proporcionar práticas espaciais devido às relações sociais que se estabelecem nessa área. Além disso, pela concentração de atividades específicas que torna-se presente no centro, como aspectos administrativos, alas comerciais, culturais e de lazer, que categoriza maiores atrações para a circulação de serviços e indivíduos, possuindo ações específicas para se realizar nessa área, valorizando a centralidade e concentração.

Logo, o centro urbano, para Sposito (1991), é um ponto de convergência, em que as principais atividades econômicas, políticas e sociais irão estabelecer um fluxo e circulação naquela área, ao mesmo tempo, sendo o espaço em que todos vão se dispersar, garantindo o

aspecto de integrar e deslocar, dessa forma, o centro da cidade não necessariamente precisa se localizar no ponto histórico de formação, nem mesmo, como *in loco* central geográfico. Assim, sua capacidade de concentrar atividades especializadas gerando uma área de interesse, com uma organização hierarquizada, demonstrando um aspecto de acessibilidade de circulação de produtos, bens, serviços e sujeitos, adjunto ao processo de concentração da divisão social do trabalho, são características da centralidade urbana (Sposito, 1991).

Partindo em pensamento sobre o crescimento populacional, nota-se o aspecto de propagação e reajuste do tecido urbano e de sua centralidade, em processos de realocação e afastamento populacional daqueles que habitam parte do centro, sendo parte de uma transformação do uso e ocupação do solo daquele setor, modificando para uma área comercial e de produção, por ações de gentrificadores (Sposito, 1991). Contudo, a ascensão de novas expressões multicêntricas não advém somente do crescimento populacional e do tecido urbano, mas de uma reestruturação urbana, em que, também voltada para uma lógica capitalista, visando o mais-valor nas novas localidades mesmo em setores periféricos, demonstrando uma transformação do espaço de forma social e econômica, mantendo sua centralidade e concentração das atividades e fluxos materiais e imateriais (Sposito e Sposito, 2020).

Ademais, Sposito (1991) aborda sobre dois processos em relação a modificação da estrutura urbana, sendo os sub-centros e as áreas de desdobramento. Os subcentros se apresentam como setores que possuem as mesmas atividades econômicas e sociais dos centros principais, contudo, com uma proporção territorial e de impacto inferior em relação ao centro principal. Além disso, as áreas de desdobramento se diferenciam de uma perspectiva de expansão do centro e dos subcentros, pois essas áreas praticam atividades especializadas do centro, não reproduzindo todas as atividades que são previstas em setores centrais. Outrem, sua espacialidade geográfica não é contínua do centro, sendo uma área desconexa geograficamente, não sendo classificada como uma expansão.

Portanto, nota-se a questão de uma reestruturação urbana, partindo dos conceitos sobre multicentralidade e policentralidade. Logo, para Sposito e Sposito (2020) a multicentralidade parte da construção de áreas que praticam as mesmas atividades do centro, que vão exercer práticas de concentração das atividades econômicas e sociais, que consequentemente, irão influenciar na diminuição dos fluxos do centro principal. Partindo

para a policentralidade, retrata diretamente da racionalização capitalista sobre a constituição de grandes estruturas comerciais de consumo, escalando em uma perspectiva intra-urbana e interurbana, sendo formas como hipermercados, galerias comerciais e de serviços e shopping centers, assim, possuindo inúmeras estruturas para o consumo. Com isso, observa-se que a reestruturação do urbano e, por consequência, da cidade, demonstra as modificações presentes nas dinâmicas sociais e econômicas, principalmente em uma forma do sistema capitalista pelo consumo, regida pela concentração das atividades e do uso e ocupação do solo (Sposito e Sposito, 2020).

Logo, nota-se que a questão da cidade está diretamente relacionada ao modelo e sistema, no caso, capitalista, que dita sua estrutura e formas em benefício de sua ótica, apresentando características de concentração dos aspectos econômicos e nas relações sociais e práticas.

Logo, a partir de Melazzo; Miyazaki; Santos e Sposito (2023), observa-se a questão transitória sobre os aspectos socioespaciais nas cidades de centro-periferia para uma dinâmica fragmentada, pois apresenta-se modificações estruturais sociais e territoriais, como expansões setoriais, consequentemente, da relação de distância, novos conglomerados urbanos, imposição e novos métodos de consumo, são elementos que afirmam ainda mais desigualdades sociais e uma racionalização fragmentária, relacionados também, a multicentralidade e policentralidade.

2.1 O direito à cidade e cidadania

Inicialmente, deve-se salientar as condições concretas previstas na lei federal sobre a cidade. O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, em que “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Capítulo I, artigo 1º, Parágrafo Único). Em seguida, no artigo 2º, inciso I, “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Logo, ao designar ambas as questões por legislação, pensa-se sobre o direito à cidade, a partir de Lefebvre (2008), a cidade possuía em sua integridade inicial, a função de habitat, do convívio social, da liberdade e na individualização na socialização, da participação do sujeito perante a constituição da cidade, idealização dissipada pela instauração do sistema capitalista de produção. Meramente, subjugada na produção extensiva de mercadorias e da exploração, não somente da classe trabalhadora, mas de todas as outras classes que não pertencem a classe dominante, assim, sua nova finalidade parte de um intensificador de processos e do acúmulo de capital. Com isso, acredita-se veemente que a cidade que está submetida ao sistema capitalista nunca retornará sem o desvanecer do modelo capitalista, a partir de um ressurgimento e no repensar de novas bases de uma composição estrutural de uma cidade voltada para o povo, em uma renovação do modo de vida.

Impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade. Nem retorno (para a cidade tradicional), nem fuga para a frente, para a aglomeração colossal e informe — esta é a prescrição. (LEFEBVRE, 2008, p.106).

Com isso, para Lefebvre (2008) a questão do urbanismo se torna pertinente para a discussão sobre o direito à cidade, principalmente no quesito daqueles que propagam e se dizem parte desse processo dogmatizado, pelos arquitetos. Isto é, os projetos urbanísticos gerenciados a partir de somente uma parcela da sociedade, de construções de uma função, forma e estrutura, não sendo pensada e elaborada por aqueles que vivenciam e experienciam o real ato de habitar, mas por indivíduos que estão atrelados a instituições, parte de um sistema propício ao eludir críticas (Lefebvre, 2008).

Dessa maneira, Lefebvre (2008) reforça que os parâmetros individuais ou de somente um grupo não se afirmam perante aos efeitos sociais, sendo a pressão das massas essencial para se atingir os seus direitos. Assim, o ato de conquista dos direitos, não somente daquilo que é concreto, mas a representação de seus costumes, em que, o direito à cidade se estabelece como um apelo, necessidade e exigência, não sendo somente a possibilidade de ir e vir do cidadão, mas como fundamentalmente um “direito à vida urbana” de transformação e renovação. Destaca-se que aqueles que realmente habitam a cidade, é a classe operária, sendo os únicos capazes de realizar uma mudança, pois

catalisam a vontade de toda a sociedade, já que, a classe dominante, não habitam a cidade, mas sim os castelos, os palácios e iates Lefebvre (2008).

Ademais, para Amanajás e Klug (2018), o direito à cidade é retratado diretamente como uma garantia a direitos humanos fundamentais, além de ser citado constantemente em outros órgãos e documentos produzidos internacionalmente, como a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (Fórum Social Mundial Policêntrico, 2006) e a Carta-Agenda pelos Direitos Humanos nas Cidades (CGLU-2009) e entre outros. Isto é, o direito à cidade sendo discutido concretamente, implementado legislativamente. As autoras comentam:

O direito à cidade é um direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, de que são titulares todos os habitantes da cidade, das gerações presentes e futuras. Direito de habitar, usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis. A interpretação do direito à cidade deve ocorrer à luz da garantia e da promoção dos direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais reconhecidos internacionalmente a todos. (Amanajás; Klug, 2018, pág.29).

Além disso, destaca-se a importância de inserir o Plano Diretor como um elemento fundamental para a discussão do próprio direito à cidade, que adjunto a estruturas políticas judiciais, revelava-se uma projeção de resistência a processos de desigualdade urbana. Sendo assim, ter essas políticas institucionais e legalizadas na condição brasileira, contrasta diretamente com a situação verdadeira da vivência no país, devido à constante negação de direitos que os cidadão vivem recorrentemente, principalmente para os menos favorecidos socialmente, e que estão regularmente sendo excluídos da exceção de seus direitos, nos processos de planejamento e produção do espaço urbano (Amanajás; Klug, 2018).

Ademais, nos anos 2000, nota-se um crescimento na institucionalização e na atividade de políticas públicas de infraestrutura urbana no território brasileiro, apresentando um maior investimento na área adjunto com o reconhecimento jurídico. Com isso, cita-se a criação do Ministério das Cidades (MnCidades), que apresentou o financiamento e ação de políticas como habitação, transporte, planejamento urbano, regularização fundiária, saneamento e mobilidade. Dessa forma, as políticas federais urbanas adquirem caráter democráticas, através das Conferências das Cidades e do Conselho das Cidades (ConCidades).

O descolamento entre o processo de construção do espaço urbano e as necessidades das pessoas (Rolnik, 2016) ou, ainda, as novas demandas por cidade

(Maricato, 2016) ou a reivindicação do exercício do direito à cidade (Cafrune, 2016) podem ser explicações para os movimentos que aconteceram no Brasil, a partir de 2013. As cidades passaram a vivenciar manifestações por direitos de viver, usar e produzir o espaço urbano, que, na visão de Cafrune (2016), representam expressões da luta urbana que trazem outra perspectiva do direito à cidade (Amanajás e Klug, 2018, p. 32).

Ademais, o plano diretor para Villaça (1998) pode ser definido como um conjunto de elementos de um diagnóstico científico que utiliza aspectos físicos, sociais, políticos, administrativos e econômicos da cidade, em que nesse plano, apresentaria propostas para um planejamento do desenvolvimento socioeconômico e das perspectivas da estrutura espacial, de pequeno, médio e longo prazo. Dessa maneira, o plano diretor possui a capacidade de evidenciar os problemas concretos do município, isto é, para Villaça (2005) um grande dilema que na verdade pode evidenciar como essa ferramenta pode ser utilizada pela classe dominante propagar sua ideologia, como comentado “A facilidade e mesmo irresponsabilidade com que é exigida a elaboração de planos, muito contribui para a sua desmoralização e a da própria lei, pois frequentemente a prática acaba por revelar que a lei não é para valer”. (Villaça, 2005, p. 19). Com isso, Villaça (2005) reforça como há uma falsa valorização dos planos diretores, principalmente voltada para ressaltar uma ideologia a partir do conhecimento técnico e científico para atividades políticas.

Ainda sobre uma questão crítica dos aspectos que pairam a temática sobre direito à cidade e seus elementos complementares, mas também pensada de forma conjunta, para Castro (2005) a cidadania é um aglomerado de direitos e deveres que são essencialmente reservados pela lei, em que se transparece nas atividades do cotidiano social. Dessa maneira, as práticas sociais são transcritas e congestionadas na forma de territorialidade adjunto ao seu povo, o que pode-se tornar contraditório, como exemplificado na questão brasileira, dos direitos civis, políticos e sociais, que são estabelecidos pela Constituição da República, porém atuantes em uma territorialidade é constituído por uma nação fundamentalmente desigual (Castro, 2005).

Além disso, Santos (2007) comenta que a cidadania parte de uma metamorfose pela conquista dos direitos, como uma luta constante do cidadão, esse que, batalha pelos seus direitos políticos individuais e na reconhecimento dos direitos coletivos. Sendo assim, ao ingressar na sociedade o indivíduo adquire essa herança social, que torna “Direito a um

teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna.” (Santos, 2007, p.19), então, a vida social sustenta os seguintes movimentos: o dado institucional, econômico, cultural e individual; de forma interligada. Contudo, as integridades institucionais, o Estado, possivelmente pode não estar atrelado a essas concepções, conseqüentemente, na ação de desrespeito do indivíduo.

Torna-se evidente que a percepção sobre o cidadão é colocada em ótica de diversas maneiras, como Castro (2005) comenta sobre a existência do cidadão da perspectiva nacional, ou o cidadão do parâmetro do cotidiano social, sendo estabelecidos a partir de seu território. Com isso, a cidadania se retrata pelo poder de demonstrar as relações da sociedade com a sua territorialidade, em que, nos países do centro do capitalismo, da possibilidade do poder do Estado, pela estruturação adequada da cidade, permite o cidadão usufruir de seus direitos, em um país que está na periferia do capitalismo, não consegue prover a exceção dos direitos dos cidadãos em todo território nacional, dependendo em si, de sua localidade (Castro, 2005).

Dessa maneira, Castro (2005, p. 205) aponta que “Assim, sintetizando o que foi dito aqui, duas perspectivas devem ser consideradas: a de que a cidadania como prática do cotidiano social ocorre no território e a de que esta prática é influenciada pelo arcabouço institucional à disposição do cidadão.” Logo, reforça que na organização nacional do Brasil, a desigualdade social profundamente intrínseca na nossa realidade, como as práticas sociais e espaciais, das atividades culturais, econômicas, políticas que são evidenciadas por uma enorme dificuldade de acesso e facilidade para diferentes recursos e ferramentas para a possibilidade concreta de exercer os direitos civis, políticos e sociais em todo o território.

3. FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO PROCESSO

Inicialmente, é de suma importância contextualizar a formação do município rio-clarense e seus processos. Nota-se que nos meados do século XVIII há uma movimentação do ciclo do ouro, visivelmente em Minas Gerais, Goiás e na descoberta abundante do minério em Mato Grosso, logo, uma intensa circulação de indivíduos a essas localidades tornam as estradas interioranas do estado de São Paulo extremamente movimentadas. Dessa forma, próximo ao ano de 1821, negociantes que comercializavam

suprimentos para os viajantes que transitavam nas vias paulistas, por consequência, constitui-se pequenos conglomerados comerciais, especificamente, na área adjacente ao Córrego da Servidão, atingindo no dia 09 de dezembro de 1830 a caracterização de Freguesia, pelo Decreto Imperial, atribuída diretamente a vila de Constituição (atual Piracicaba/SP), tendo sua primeira nomenclatura de São João Batista de Ribeirão Claro (Troppmair, 1993).

Posteriormente, em torno do ano de 1832, funda-se uma sociedade liberal denominada de “Sociedade do Bem Comum”, com o intuito de estabelecer estruturas e segmentos da recente freguesia de São João Batista de Ribeirão Claro. Assim, tal sociedade era composta pela elite regional do interior paulista, constituído majoritariamente por fazendeiros e um padre, em busca de prosseguir na formação de São João Batista, em que o grupo regia os quesitos políticos, econômicos e sociais em esfera pública, em ideais marcada pela seguinte frase: “difusão dos bons costumes e a educação da mocidade” (Santos, 2000, p. 15). Com o crescimento populacional, a Sociedade do Bem Comum planeja uma organização espacial do ambiente urbano, essencialmente ordenado visando uma determinada ortogonalidade em sua percepção, praticamente paralelas aos pontos cardeais e lembrando um tabuleiro de xadrez (Santos, 2000).

Ademais, em sua ascensão econômica regional, parte-se veemente que a principal atividade na época até a década de 1840, era o plantio da cana-de-açúcar, isto é, no âmago do estado de São Paulo, fortalece-se tal prática e influência de lavouras, uso e ocupação do solo, mão-de-obra escrava e concentração de riquezas. Sendo o meio em que Ribeirão Claro fortemente incluído desde a sua formação, principalmente pela liderança interna pela Sociedade do Bem Comum (mesmo que se desfeita em 1839) comanda em maioria por fazendeiros elitistas. Logo, inicia-se o ciclo cafeeiro, que intensificou as grandes lavouras da região, consequentemente, agora vila (em 1845) de Ribeirão Claro, que se estabelecia em uma ascensão comercial, populacional e independência municipal (Santos, 2000).

Ora, nesse recorte histórico apresentando uma forte pressão inglesa para o cessamento do tráfico internacional de escravos e sua abolição em lei no ano de 1850. Mesmo assim, nota-se um aumento da população escravizada, associado aos acréscimos de produção cafeeira, sendo o principal meio de lucro da região. Logo, associado à produção extensiva nas lavouras e o meio de trabalho pela atividade escrava, obviamente as leis

abolicionistas eram ineficientes principalmente para a parcela elitista regional, fazendeiros-negociantes, que possuíam o poder e as tomadas de decisões das localidades (Santos, 2000).

Ademais, aqueles que também participaram dos processos econômicos e sociais na constituição de Rio Claro, seria a imigração intensiva dos europeus para os solos brasileiros, que, conseqüentemente obtinham alguns direitos mínimos, diferentemente dos inúmeros indivíduos escravizados que já estavam presentes no território. Percebe-se que a composição territorial e populacional rioclarense estabelece-se nesses processos de sua formação, assim, sua estrutura caracterizada em seu núcleo urbano por sujeitos de mínima renda e direitos, como os negociantes e comercializadores, além dos próprios imigrantes europeus e a elite que varia desde os banqueiros, fazendeiros-negociantes e militares. Dessa maneira, no ambiente rural e lugares afastados da malha urbana, se encontra os indivíduos escravizados que exerciam o trabalho forçado das lavouras para fomentar essa economia ruralista e escravista da região (Santos, 2000).

Além disso, a implementação ferroviária em Rio Claro, intensifica seus processos de urbanização e industrialização, um marco na cidade e região, no conceito de uma integralização local intra-regionais atendendo as expectativas de uma circulação acelerada das produções agrícolas.

Dessa forma, os bairros tiveram uma gestão operacional por duas imobiliárias, sendo a imobiliária Bom Sucesso pertencente ao município de Piracicaba/SP e a imobiliária Adolfo, proveniente da cidade de Limeira/SP, sendo elas responsáveis pelas escrituras e loteamentos. Nota-se, um fator em destaque, que a população dos locais são descritas como rotativa, sendo visível a variabilidade de moradores em uma perspectiva migratória, ademais, até mesmo pela facilidade de adquirir um loteamento e na simplificação de abster-se do imóvel. Outro aspecto notório do bairro, advém das barreiras e estruturas que se apresentam nesse espaço, em sua forma física como a Rodovia Washington Luís, o Rio Corumbataí e o trilho do trem (Souza; Sousa; Braga, 2009).

Com isso, moradores recorrem, sem opções, para lugares minimamente próximos para seus afazeres, como o trabalho em fábricas ao bairro ao lado, Batovi, que engloba diversas fábricas da indústria de cerâmica. Contudo, há aqueles que trabalham na indústria

no centro da cidade, empresas como Ludval, DPU e Jorabel, com somente duas linhas de transporte coletivo para ambos os bairros (Souza; Sousa; Braga, 2009).

De início, com objetivo de análise na observação e caracterização da fragmentação socioespacial, o trabalho discute a partir das contribuições de Maria Encarnação Beltrão Sposito e Eliseu Savério Sposito (2020). Assim, a autora estabelece que o tema possui duas principais particularidades, sendo respectivamente a polissemia e a multidimensionalidade. Logo, trata-se de uma ação fundamental para abordar as constantes compreensões sobre a fragmentação socioespacial, sendo ela essencialmente um processo e não uma consequência, em que, apresenta diferentes dinâmicas interligadas na sua fundamentação, que devem ser pensadas como uma composição da fragmentação e não como fatores externos e separados. Isto é, segundo Sposito e Sposito (2020), a própria segregação e auto segregação, exclusão e diferenciação adjetivados como urbanos, espaciais e socioespaciais, são processos que constituem a fragmentação socioespacial, elementos que se correlacionam e se modificam nas distintas realidades aplicadas de análise, fatores que devem ser observados de forma conjunta, como um conglomerado que possui sua especificidade, analisados de maneira incorporada e não desconexa.

Posto durante o texto Sposito e Sposito (2020) em suas conceituações em relação à fragmentação com o adjetivo socioespacial, percebe-se a colocação de adjetivo, pois é evidente que a concepção abordada, expressa distintas relações com outros campos de pensamento, na esfera urbana, econômica, cultural, política e entre outras percepções. Em vista disso, a priori, a fragmentação como um processo de duplicidade nos quesitos sociais e espaciais representadas em formas de determinação e expressão, tanto em uma perspectiva materialista e simbólica. Logo, em sua multiescalaridade, independentemente da escala envolvida, sendo em um quesito macro ou micro como as cidades metrópoles ou médias, há perceptivelmente a constituição de novas práticas na separação e fragmentação, pela integração e dinâmica que se manifestam dialeticamente no meio.

Para nós, a fragmentação “tem sempre dupla determinação e expressão: espacial e social” (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 303), tanto do ponto de vista material quanto em sua dimensão simbólica, revelando as práticas constituídas pelas novas formas de separação na cidade. Essa perspectiva se reforça pelo fato de que a cidade dispersa (em qualquer escala considerada, seja a metrópole ou a cidade média), é condição de “novos conteúdos e práticas” (SPOSITO, 2011, p. 140). Assim, além de dupla determinação e expressão, a fragmentação é constituída por movimentos

que se articulam dialeticamente, o que reforça a ideia de processo. (Sposito e Sposito, 2020, p.8).

Com isso, é de suma importância compreender sobre a fragmentação socioespacial que está inserida às condições da realidade no local de análise, integrado às formações e condições do espaço, conseqüentemente, ligado aos sistemas e dinâmicas aplicadas estruturalmente na sociedade. Dessa forma, a fragmentação como um processo geral da contemporaneidade urbana, deve-se compreender que terá especificidades nos diferentes procedimentos de um ambiente urbano, nas distinções e desigualdades que são por consequência de localidades consideradas como “periferia do capitalismo”, conceito baseado nas regiões de hemisfério Norte e Sul.

Ademais, segundo Sposito e Sposito (2020), a sistematização que está diretamente aplicado à realidade daquela sociedade, influencia diretamente nos processos de fragmentação socioespacial, como exemplo, a dinâmica econômica estabelecida como o neoliberalismo interfere subitamente na distribuição da lógica capitalista no espaço urbano, estimulando a produção e apropriação do mesmo. Dessa maneira, desencadeando um panorama da competitividade e individualidade.

Dito isso, Sposito e Sposito (2020) aborda que a fragmentação socioespacial é a demonstração de uma generalização processual, mais especificamente no nosso contexto dentro da periferia do capitalismo, como a América Latina, que devido a sua característica de multiescalaridade, pode ser observada a partir de diferentes escalas geográficas e urbanas, como na especificidade metropolitana e diferenciações das cidades médias. Todavia, torna-se de extrema relevância analisar que os procedimentos da fragmentação socioespacial devem ser levados em consideração a partir de suas correlações e seus métodos entrelaçados para uma qualificada observação de seu contexto que constituem a urbanização contemporânea.

Dessa maneira, a fragmentação socioespacial de entendimento de seu conceito, demonstra a necessidade de uma compreensão do espaço urbano aplicado à realidade de estudo, da rede urbana e sua escala, das peculiaridades de cada formação territorial da área de análise e suas condições dimensionais, como economia, cultura, políticas e entre outros aspectos. Já que, os afloramentos específicos de cada ambiente, revela suas dimensionalidades e concepções. Nos termos de Sposito e Sposito (2020, p.10)

“diversidade da cidade na periferia do capitalismo como base em cinco dimensões empíricas eleitas em nossos trabalhos de investigação (habitar, trabalhar, consumir, circular e do lazer), para enriquecer o conceito de fragmentação socioespacial.”

Ademais, fica claro que a fragmentação socioespacial parte de um recorte no quesito espacial e da constituição de sociedade presente nessa localidade e sua escala, que abrange diversos aspectos em sua composição, como político, econômico, cultural e entre outros. Assim, tais elementos são fundamentais para o entendimento da urbanização contemporânea, sendo a fragmentação socioespacial um processo geral que revela as práticas de separação da rede urbana. Além disso, importante frisar que os processos de segregação e auto segregação, exclusão e diferenciação, não são sinônimos da fragmentação, mas sim processamentos singulares que ocorrem e devem ser analisados de forma conjunta.

Dessa maneira, para Melazzo; Miyazaki; Santos e Sposito (2023), a fragmentação socioespacial apresenta-se não somente como uma ruptura do espaço urbano territorial, mas também das práticas espaciais, que o cidadão pode, ou deveria ter, o direito de exercer suas atividades de forma acessível. Logo, percebe-se as tendências da dispersão urbana, trazendo uma desconexão dos espaços de forma territorial, econômica e social, pois acentua-se as diferenciações socioespaciais:

A proliferação dos muros, sistemas de monitoramento e segurança nas residências e espaços residenciais fechados, o crescimento do número e da importância de shoppings centers, clubes privados, hipermercados, centros de comércio e serviços, dentre outros, relaciona-se ao aumento do distanciamento e da separação socioespacial no sentido da negação do direito à cidade, expressando o aprofundamento das dinâmicas segregacionistas e as tendências à fragmentação socioespacial (Melazzo; Miyazaki; Santos e Sposito, 2023, p.7).

Portanto, recorre-se ao pensamento sobre a questão sobre os acessos intraurbanos, Sposito (1991), retrata que a acessibilidade estará ligada nas possibilidades e dificuldades encontradas para estar presente no fluxo e transporte, do poder de aquisição e articulação, da proporção de distanciamento em relação aos centros. Em que, o sujeito que não possui tendência de acesso aos elementos, está submetido, a fragmentação, tanto social quanto territorial.

4. OS PROCESSOS DE FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL DE RIO CLARO/SP

Nesse caso, a cidade de Rio Claro - SP passou por processos de estruturação urbana principalmente impactadas pela intensa urbanização e industrialização. Especialmente pela construção da estação ferroviária em 11 de agosto de 1876, que impulsionou a ascensão econômica de Rio Claro/SP. Impulsionando atividades políticas, comerciais e culturais, ademais, os agentes que mais influenciaram a criação da ferrovia foram a família Vergueiro, o conde de Tres Rios e o próprio Visconde de Rio Claro, que faziam parte da nomeada Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais (Santos, 2000).

Ademais, outra companhia ferroviária fazia parte das propostas e de poderio político na região, que localizava-se em São João Batista de Ribeirão Claro, sendo a Companhia d'Oeste", que agrupava grandes capitalistas e fazendeiros (Santos, 2000). A ferrovia possuía o principal objetivo de agilizar o transporte de produtos cafeeiros para o Porto de Santos - SP, em que os mais influentes da região sempre pressionaram o governo do Estado de São Paulo para a extensão da ferrovia que já existia em Campinas/SP e Jundiaí/SP.

Nota-se que a implementação da estação ferroviária em Rio Claro/SP logo modificou sua morfologia urbana, instaurada na Rua do Comércio - que atualmente é estabelecida como a Rua Um - além disso, entrou em pauta o translocamento do cemitério municipal para o recebimento e prolongamento da ferrovia, em um projeto de adaptação da estrutura urbana. Houve um dificultamento dessa mobilidade do cemitério municipal, envolvendo uma questão imobiliária e de terras, com o envolvimento de grandes agentes cafeeiros e fazendeiros-negociantes que não facilitaram a ocupação de suas terras para a construção do cemitério municipal (Santos, 2000).

Com a instalação da Estação da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, estabelece-se novas atividades comerciais, econômicas, sociais e culturais ao redor da localidade. Segundo Santos (2000), ocorre alterações na paisagem urbana, ademais, percebe-se a formalização e intensificação da racionalidade burguesa, a partir de imposições das atividades agora presente e ritmada a partir dessa parcela da população. Nota-se a aparição de novos trabalhos voltados a comunicação, como serviços postais e telegráficos, fator que tornou-se crucial para os fazendeiros-negociantes, que passaram a ter mais frequência na capital paulista devido a facilidade de locomoção que a ferrovia proporcionou. além disso,

a vinda de imigrantes para São João Batista de Ribeirão Claro demonstra-se mais volumosa e densa (Santos, 2000).

Percebe-se que a formação da cidade de Rio Claro/SP se estabeleceu nas margens do Córrego da Servidão, que hoje em dia localiza-se na Avenida Visconde de Rio Claro, com o corpo d'água atualmente tamponado, sendo uma das principais vias da cidade (Silva, 1994). Nota-se que o centro urbano não se encontra nessa área, em que atualmente se encontra nas Avenidas 1, 3 e 5, que possuem estruturas que fomentam a circulação de produtos e indivíduos, como a estação ferroviária, a Igreja Matriz São João Batista e serviços de comunicação. Logo, mesmo a implementação da ferrovia não sendo construída no centro geográfico e histórico de Rio Claro/SP, trouxe alguns elementos que impulsionaram atividades de comerciais, sociais e culturais. Para Sposito (1991), o centro da cidade não necessita especificamente estar no epicentro inicial de sua formação histórica e/ou geográfica, contudo, o centro é fundamental ser uma área que agrupa e redireciona as dinâmicas comerciais, serviços e indivíduos, tanto na movimentação das práticas simbólicas e materiais.

Ademais, outros fatores que retratam sobre uma modificação do espaço urbano que podem ser observados na dinâmica de Rio Claro/SP, são as estruturas físicas como a Floresta Estadual Navarro de Andrade, também conhecido como Horto Florestal, e o rio Ribeirão Claro, em que ambas situadas na parte Leste da cidade, ademais, na região Oeste e Sul, é encontrado a Rodovia Washington Luís, são elementos que afetam as práticas sociais, econômicas e políticas da área (Carmo, 2006). Dessa maneira, nota-se que o crescimento urbano rioclarense se deu nos anos de 1960, nesta década com a população urbana sendo 80% da população total de Rio Claro/SP, apresentando a necessidade da expansão da área urbana, que se deu principalmente nas regiões Oeste e Norte (Carmo, 2006).

Com isso, em 1970 acrescentou uma expansão desenfreada de anexamento de áreas e loteamentos urbanos, tanto clandestinos quanto de baixa infraestrutura, resultando em uma intensificação da população de baixa renda econômica, que são expurgadas para áreas periféricas, longe do centro urbano, especificamente para o Sudoeste e Noroeste rioclarense (Carmo, 2006). Segundo Silva (1994), o prolongamento do espaço urbano de Rio Claro se desenvolve de forma desordenada, em que não se estabelece nenhuma base

planejada para a sua expansão que possa amenizar as consequências dos processos de urbanização acelerada e a implementação das atividades do capitalismo intenso e agressivo.

Isto é, os loteamentos que passam pela especulação imobiliária, que aumentou consideravelmente o número de quadras e lotes em Rio Claro/SP, mesmo com a notável percepção de que havia mais lotes vazios do que realmente ocupados, com a formação não planejada desses loteamentos. Apresentou-se uma estrutura desorganizada e com falta de uma infraestrutura básica para habitação, resultando em uma descontinuação do espaço, caracterizando uma organização espacial dos bairros de forma longínqua. Sendo esses bairros localizados em várzeas de córregos e rios, loteamento irregulares e terras que não possuem uma documentação assertiva em relação aos cartórios de imóveis (Carmo, 2006).

A expansão urbana de Rio Claro, nos últimos tempos, ocorreu de forma desorganizada, sem critérios, sem planejamento que visasse minimizar os problemas sociais vigentes. Este é um processo que ocorreu e vem ocorrendo em escala regional e global, é a forma como o modo de produção capitalista se faz refletir na produção do espaço (Carmo, 2006, p. 41).

Notoriamente, evidenciando alguns processos da fragmentação socioespacial, com os bairros afastados sem devida infraestrutura básica e conseqüentemente um rompimento das práticas espaciais e sociais, que possibilita aqueles mais próximos ao centro, o exercer de atividades e movimentação material e simbólica, assim, nota-se os processos da fragmentação socioespacial, a partir do distanciamento, exclusão, segregação e auto segregação (Carmo, 2006).

4.1 Os agentes sociais do processo de fragmentação em Rio Claro/SP e nos bairros Jardim Bom Sucesso e Jardim Novo Wenzel

Percebe-se ao longo de todo esse processo de formação e estruturação da cidade de Rio Claro/SP, a cidade pode ser apontada com os processos da fragmentação socioespacial, ademais, nota-se como ela está aplicada a uma dinâmica articulada e fragmentada. Como aponta Corrêa (1989), a articulação da cidade se estabelece pela circulação do capital, da mais-valia e do poder a partir das relações espaciais sobretudo com o aspecto social, torna-se também fragmentado devido aos diferentes usos da terra, com a caracterização de áreas de concentração comercial, política, econômica, cultural, serviços, industrial, habitação e entre outros, sendo assim o conjunto de estruturas sobre a organização espacial da cidade.

Dessa maneira, pensa-se sobre os agentes sociais que atuam no espaço urbano, para Corrêa (1989), há cinco principais agentes que influenciam nesse aspecto, sendo eles: os proprietários do meio de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. Observa-se que desde os primórdios do âmbito rioclarense, a organização espacial se estruturou e se modificou principalmente pelos agentes imobiliários, fundiários e donos dos meios de produção. Como visto a implementação da ferrovia no município foi totalmente estabelecida pela necessidade de crescimento e circulação dos produtos cafeeiros e da cana-de-açúcar para a maximização do transporte e dos lucros, em que grandes fazendeiros-negociantes que tinham grande influência na região, como o conde de Tres Rios, o Visconde de Rio Claro, a família Vergueiro que eram membros da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais. Além disso, a criação da própria Companhia d'Oeste, com outros agentes poderosos que também tiveram participação para a criação da estação ferroviária.

Outrem, no caso da movimentação do cemitério municipal de Rio Claro/SP - ressalta-se, que devido a implementação da ferrovia, necessitou a mudança de local em relação ao cemitério - os proprietários fundiários foram incisivos e dificultaram na translocação do cemitério, exigindo valores acima da média para que não ocorresse essa mudança, pois a ida dessa estrutura para as proximidades de suas terras, iriam desvalorizar as áreas ao redor (Carmo, 2006). Ademais, os promotores imobiliários tiveram grande influência na organização espacial nos processos de urbanização do município, principalmente no quesito dos loteamentos para habitação, principalmente na parte Noroeste e Sudoeste, que são os mais afastados e com a infraestrutura mais precária, distanciados do centro urbano e com dificuldade de acesso e prática das atividades sociais (Carmo, 2006).

Sendo assim, questiona-se sobre os processos e dinâmicas que os bairros Jardim Bom Sucesso e Jardim Novo Wenzel se relacionam e como se estabelece tais práticas. Nota-se inicialmente que a formação de ambas as localidades se deram no início de 1980 - período notavelmente perto da intensificação da expansão urbana rioclarense, que passou por uma alta especulação imobiliária - sendo localizados na região Sudoeste de Rio Claro, depois da Rodovia Washington Luís, próximos ao Rio Corumbataí e perto da linha ferroviária. Todos os elementos físicos refletem diante aos bairros como uma ruptura física

das atividades sociais, como na facilidade de locomoção para o centro urbano, das áreas de lazer e entretenimento, no recebimento de infraestrutura básica, funcionando como aspecto de efeito barreira (Souza; Sousa; Braga, 2009).

Dessa maneira, três principais responsáveis pelo loteamento dos bairros nessa área são estabelecidos, os promotores imobiliários como a imobiliária Bonsucesso que advém de Piracicaba/SP, a imobiliária Adolfo do município de Limeira/SP e o próprio Estado. Relacionando com o que Carmo (2006) comenta com a expansão urbana na década de 60 e 70, esses loteamentos apresentam pouquíssima infraestrutura, com irregularidades na documentação e total descaso com os moradores. Segundo Souza; Sousa e Braga, (2009), os lotes são irregulares, com a ausência de escrituras e documentos, ademais, Pastor (2009) comenta sobre o inquérito imposto no bairro Jardim Novo Wenzel em anormalidade do loteador das recorrências da venda de lotes sem registro e na inconsistência de contratos apresentados no cartório.

Ademais, observa-se a falta de infraestrutura, como nem todas as ruas estão pavimentadas – em questão, o bairro Jardim Novo Wenzel teve suas asfaltas em 2007 -, partes do esgoto a céu aberto sem devida canalização, ausência de arborização urbana e descaso ao cuidado de áreas para o lazer (Pastor, 2009). A imagem a seguir, registrada em agosto de 2024, demonstra uma via não pavimentada do bairro em questão, sugerindo que não se obteve muitas mudanças em relação à pavimentação geral do bairro.

Figura 3 - Rua não pavimentada no bairro Jardim Novo Wenzel (2024).



Fonte: produzido pelo autor (trabalho de campo).

O Estado em sua atuação - ou não atuante, podendo ser um processo do planejamento - se apresenta em poucas atividades para a estruturação dos bairros, nota-se uma dependência entre as áreas, dividindo os acessos públicos, como escolas, posto de saúde e assistência social. Duas escolas estão presentes no Jardim Novo Wenzel, sendo Escola Municipal Celeste Calil e a Escola Municipal Prof. Luiz Martins Rodrigues Filho, ambas de ensino fundamental, em que os alunos de ensino fundamental II e de ensino médio, tenham que em sua maioria, frequentar a Escola Estadual Odilon Correa. Para isso, os alunos devem ultrapassar a Rodovia Washington Luís, sendo um local longe do bairro de origem.

Figura 4 - Quadra poliesportiva danificada ao lado da Escola Municipal Celeste Calil (2024).



Fonte: produzido pelo autor (trabalho de campo).

Outro fator importante que é utilizado por ambos os bairros, advém sobre o único posto de saúde presente na área, sendo a Unidade Básica de Saúde PSF Célia Ap Ceccato da Silva, que precisa atender a população dos dois bairros. Ademais, mais um elemento que é dividido para ambas as localidades, passa-se a ser o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS Bom Sucesso/ Novo Wenzel), que registrou mais de mil famílias que estão em situação de vulnerabilidade social na área (Pastor, 2009). Além disso, o Jardim Novo Wenzel suporta uma Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais - ADRA Rio Claro.

Figura 5 - Unidade Básica de Saúde PSF Célia Ap Ceccato da Silva (2024).



Fonte: elaborado pelo autor (trabalho de campo).

Figura 6 - CRAS Bom Sucesso/ Novo Wenzel (2024).



Fonte: elaborado pelo autor (trabalho de campo).

Ademais, a questão da distância também é presente nos bairros, na dificuldade de acesso a um transporte público de qualidade e eficiente, que somente foi estar presente em 1996, tendo a primeira linha de ônibus na área (Souza; Sousa; Braga, 2009). Isto é, altamente interligado na perspectiva de análise de Sposito e Sposito (2020), em que todos esses elementos apresentados, a falta ou precarização de infraestrutura básica, acesso à saúde, educação, transporte e lazer, se condicionam para ruptura das práticas sociais e espaciais.

A grande distância do centro da cidade é uma reclamação constante dos moradores, a exclusão dos moradores não é apenas social, ela também é física, há uma barreira que “protege” o centro da cidade dos dois bairros periféricos. Esta proteção se torna um tipo de opressão aos moradores do Novo Jardim Wenzel e do Jardim Bonsucesso, a barreira física se amplia para as barreiras social, cultural, econômica e política. A Rodovia Washington Luís, o trilho do trem e o Rio Corumbataí são barreiras físicas que interrompem uma aproximação delicada entre os moradores destes bairros periféricos e o restante da cidade (Souza 2009, pg. 79).

A impossibilidade ou dificultamento de acesso ao centro urbano, dos serviços e bens, das atividades comerciais e culturais, se demonstram como processos de um

distanciamento dessa área central, da exclusão dos cidadãos presentes na área pela precariedade da renda para acessar formas de transporte, da segregação socioespacial dos indivíduos que frequentam os bairros e que socialmente são marginalizadas e com seus direitos negligenciados pelo estado, de não poder ter acesso a escola de qualidade, saúde pública, transporte e lazer, translocados forçadamente para as beiras da margem urbana e espacialmente isolados, com isso, a auto-segregação do próprio centro urbano e das áreas nobres, planejadas para somente a presença de determinada parcela da sociedade, tendo barreiras físicas e sociais que os segregam.

5. CONCLUSÃO

Portanto, nota-se que compreender a cidade como um pólo de convergência das atividades materiais e simbólicas, como um centro de atração das práticas exercidas como bens e serviços e a circulação de indivíduos, que reúne aspectos do uso e ocupação do solo e para suas distintas utilidades, como para questões culturais, políticas, comerciais e econômicas. Logo, estabelece-se que a cidade também apresenta sua centralidade, localidade que pode ser representada tanto por sua formação histórica, geográfica ou independente de seus primórdios, em que se define por agrupar diferentes atividades centrais naquela área, podendo se expandir - especialmente ou não - reproduzindo sua centralidade em outras áreas a partir de suas atividades. Isto é, intensifica-se a partir de sua estruturação urbana, ou até mesmo por uma reestruturação, as ações e práticas econômicas e comerciais serão aplicadas em novas áreas, ainda mantendo a sua concentração, mesmo que não seja de forma contínua espacialmente, mas socialmente e reproduzindo as lógicas do modelo de produção capitalista.

A fragmentação socioespacial como um processo e dinâmica da cidade, se estabelece por quatro elementos principais, sendo o distanciamento e exclusão, segregação e auto segregação, que são pensados de forma conjunta, representando as rupturas sociais e espaciais do espaço urbano. A formação da cidade de Rio Claro/SP não se modificam dos padrões de uma cidade média brasileira, principalmente intensificada e influenciada pela implementação da estação ferroviária, que foi uma das contribuintes do processo de fragmentação socioespacial rioclarense, contudo, outros elementos também estão presentes

nisso, como atual Floresta Estadual Navarro de Andrade, o rio Ribeirão Claro, o Rio Corumbataí e a Rodovia Washington Luís, são elementos físicos que provocam até mesmo um processo de efeito barreira.

Tais aspectos afetam diretamente a vida dos cidadãos rioclarenses, em um recorte espacial, os bairros Jardim Bom Sucesso e Jardim Novo Wenzel são duas áreas fortemente afetadas por três barreiras físicas, como a ferrovia, a Rodovia Washington Luís e o Rio Corumbataí, que influenciam na dificuldade de acesso a diferentes áreas e de poder usufruir de seus direitos a educação de qualidade, saúde, entretenimento e lazer. Percebe-se que os agentes sociais que contribuí diretamente para essa segregação, exclusão e distanciamento espacial e social desses bairros, foram os promotores imobiliários, mais especificamente a imobiliária Bonsucesso e imobiliária Adolfo, que no início da década de 80, realizou a venda de loteamentos irregulares, com conflitos na documentação e em áreas de baixa ou nenhuma infraestrutura básica, sem saneamento, pavimentação, linha de transporte, escolas e unidades de saúde, originando nos bairros demonstrados.

Atualmente, os bairros passaram por algumas modificações em relação à infraestrutura e alguns direitos básicos, mas ainda demonstram uma correlação de dependência, com elementos encontrados em somente em determinada localidade, não conseguindo suprir as demandas de ambos os lugares e população, o que evidencia uma precarização e o dificultamento de acesso aos seus direitos como cidadãos.

REFERÊNCIAS

AMANAJÁS, R; KLUG, L. **Direito à cidade, cidades para todos e estrutura social urbana**. 2018.

ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/constituicao-federal/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil>. Acesso em: 13/09/2024.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. – 3. ed. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BUSSIUS, Luiza Teixeira. **Travessias: Mulheres migrantes nos bairros periféricos Bonsucesso e Novo Wenzel em Rio Claro, SP**. Rio Claro : [s.n.], 2011 58 f. : il., figs., gráfs., tabs., fots., mapas Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas

CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de, 1963.; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A Produção do espaço urbano : agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo - SP. 1955-2011.

CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994

CARMO, Judite de Azevedo do. **Dinâmicas sócio-espaciais na cidade de Rio Claro (SP): as estratégias políticas, econômicas e sociais na produção do espaço**. 2006. 202 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHATEL, C; MIYAZAKI, V. K; TEIXEIRA, V. M. L. T; SPOSITO, E. S. Representação Cartográfica da fragmentação socioespacial. In: GÓES, E. M; MELLAZO, E. S. **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: Procedimentos, instrumentos e operacionalização**. Rio de Janeiro - RJ: Consequência Editora, 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989, p.11-31.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo - SP. 5ª edição, Centauro Editora, 2008.

MELAZZO, E. S. MIYAZAKI, V. K; SANTOS, R. R; SPOSITO, M. E. B. **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: Escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos**. Belém, PA, 2023.

PASTOR, C. G. **Educação ambiental: uma vivência de ensino/aprendizagem no projeto EPA! (Educação, periferia e arte) Rio Claro, SP, 2009**. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas). Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

ROLNIK, R. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SALGUEIRO, Teresa. **Lisboa, periferia e centralidades**. Oeiras: Celta, 2001.

SANTOS, F. A. **Rio Claro: uma cidade em transformação**. São Paulo: FAPESP, 2000.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, F. M. A. da; **A expansão da malha urbana de Rio Claro: suas implicações históricas- geográficas (1835-1984)**. Rio Claro: Unesp. 1994.

SOUSA, Janete Ribeiro; SOUSA, Marcos Timóteo Rodrigues.; BRAGA, Roberto. **Os problemas da mobilidade urbana na periferia brasileira: o caso do município de Rio Claro/SP**. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v. 11, n. 1, p. 61-69, 2009. www.uvanet.br/rcgs

SPOSITO, M. Encarnação. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo, Contexto, 1991, p.6-30.

SPOSITO, M. E. B; ELIAS, D; SOARES, B. R; MARIA, D. S; GOMES, E. T. A. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B (org). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p.35-68.

SPOSITO, Maria Encarnação B.; SPOSITO, Eliseu Savério. **Fragmentação socioespacial**. Mercator, Fortaleza, v.19 , e 19015, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação B.; GÓES, Eda M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: **Anais do 5º Seminário Internacional de Estudos Urbanos**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2006.

SPÓSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.) **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente, Unesp/FCT, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2001.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. RIBAS, AD; SPOSITO, ES; SAQUET, MA. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, p. 10-30, 2004.

TROPPMAIR, Helmut. **Aspectos históricos e geográficos de Rio Claro**. Rio Claro, Arquivo do município, 1993.

GARCIA, L. B. dos R. **São João do Rio Claro. A aventura da colonização**. Rio Claro: UNESP, IGCE, 2001 (livre docência).

VILLAÇA, F. **O Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VILLAÇA, F. **As ilusões do plano diretor**. São Paulo, 7 de agosto de 2005.